



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

TERMO DE REFERÊNCIA N° 006/2026

Processo Administrativo Interno nº 024/2026 ID 106955.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços especializados para a confecção e fornecimento de placas veiculares, a ser realizada mediante empenho estimativo no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme solicitação das Secretarias Municipais, destinados à identificação e regularização dos veículos que compõem a frota municipal do Município de Cerejeiras-RO, em conformidade com as normas legais, técnicas e operacionais estabelecidas pelo órgão executivo de trânsito competente.

A contratação insere-se em modelo de execução no qual a Administração Municipal permanece responsável pela gestão, controle e solicitação dos serviços, bem como pela vinculação das placas aos respectivos veículos, enquanto ao estabelecimento devidamente credenciado compete exclusivamente a execução das etapas técnicas especializadas de confecção, estampagem e fornecimento das placas, assegurando padronização, qualidade, segurança e conformidade legal.

1.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Qtde	Unid.	Descrição
01	01	Unid.	PLACAS VEICULARES Empenho estimativo para confecção e fornecimento de placas veiculares para a frota municipal, em conformidade com as normas legais, técnicas e operacionais vigentes.

1.1.1. Itens do Empenho Estimativo

Item	Qtde	Unid.	Descrição
01	01	Unid.	PAR DE PLACAS PADRÃO MERCOSUL PARA VEÍCULO Par de Placas Padrão Mercosul para Veículo Par de placas de identificação veicular no padrão Mercosul,



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

			<p>destinado a veículos automotores do tipo carro/ônibus/outros, confeccionado em conformidade com as especificações técnicas e normativas vigentes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN/SENATRAN).</p> <p>As placas devem ser produzidas em alumínio ou material equivalente, com película retrorrefletiva de alta durabilidade, caracteres alfanuméricos estampados em alto-relevo, cores, dimensões e layout padronizados, incluindo identificação do país, bandeira do Mercosul, QR Code, código alfanumérico e demais elementos de segurança exigidos.</p> <p>O fornecimento deverá contemplar duas placas (dianteira e traseira), novas, devidamente lacradas, com selo de autenticidade e dispositivos de rastreabilidade, garantindo legibilidade e resistência às condições climáticas. A confecção e a instalação deverão ser realizadas por empresa credenciada junto aos órgãos de trânsito competentes, assegurando plena conformidade legal para circulação do veículo.</p> <p>O produto deve atender integralmente às exigências legais vigentes, garantindo a regularização do veículo junto aos órgãos de trânsito.</p>
02	01	Unid.	<p>PLACA PADRÃO MERCOSUL (DIANTEIRA OU TRASEIRA)</p> <p>Placa Padrão Mercosul (Dianteira ou Traseira)</p> <p>Placa de identificação veicular no padrão Mercosul, destinada a veículo automotor do tipo carro/ônibus/outros, para uso dianteiro ou traseiro, confeccionada em conformidade com as especificações técnicas e normativas vigentes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN/SENATRAN).</p> <p>A placa deverá ser produzida em alumínio ou material equivalente,</p>



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

			<p>com aplicação de película retrorrefletiva de alta durabilidade, contendo caracteres alfanuméricos estampados em alto-relevo, obedecendo às cores, dimensões, tipografia e layout oficiais, incluindo identificação do país, faixa superior padrão Mercosul, QR Code, código alfanumérico e demais elementos de segurança obrigatórios.</p> <p>O item deverá ser fornecido novo, devidamente lacrado, com selo de autenticidade e dispositivos de rastreabilidade, assegurando legibilidade, resistência às intempéries e durabilidade adequada ao uso contínuo.</p> <p>A confecção e a instalação da placa deverão ser realizadas por empresa devidamente credenciada junto aos órgãos de trânsito competentes, garantindo a regularização e a conformidade legal do veículo para circulação.</p>
03	01	Unid.	<p>PLACA PADRÃO MERCOSUL PARA MOTOCICLETA</p> <p>Placa Padrão Mercosul para Motocicleta</p> <p>Placa de identificação veicular no padrão Mercosul, destinada a motocicleta, confeccionada em conformidade com as especificações técnicas e normas vigentes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN/SENATRAN).</p> <p>A placa deverá ser produzida em alumínio ou material equivalente, com aplicação de película retrorrefletiva de alta durabilidade, contendo caracteres alfanuméricos estampados em alto-relevo, obedecendo rigorosamente às cores, dimensões, tipografia e layout oficiais definidos para motocicletas, incluindo a faixa superior padrão Mercosul, identificação do país, QR Code, código alfanumérico e demais elementos de segurança obrigatórios.</p> <p>O produto deverá ser fornecido novo, devidamente lacrado, com selo de autenticidade e mecanismos de rastreabilidade, garantindo</p>



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

			<p>plena legibilidade, resistência às intempéries, abrasão e variações climáticas, bem como durabilidade compatível com o uso contínuo. A confecção e a instalação da placa deverão ser realizadas por empresa devidamente credenciada junto aos órgãos de trânsito competentes, assegurando a regularização do veículo e a conformidade legal para circulação.</p>
04	01	Unid.	<p>SUPORTE PARA PLACA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES</p> <p>Suporte para Placa de Veículos Automotores</p> <p>Suporte destinado à fixação de placa de identificação veicular em veículos automotores do tipo automóvel, caminhonete, utilitário, ônibus ou similares, compatível com placas padrão Mercosul, conforme normas e regulamentações vigentes do CONTRAN e SENATRAN.</p> <p>O suporte deverá ser fabricado em material resistente e durável, como plástico de alta resistência, polímero reforçado ou material equivalente, com acabamento adequado para uso externo, resistente à ação do sol, chuva, poeira e variações climáticas. Deve apresentar dimensões compatíveis com placas veiculares padrão, permitindo o correto encaixe e fixação, sem comprometer a visibilidade, legibilidade ou integridade da placa.</p> <p>O produto deverá possibilitar instalação simples e segura, com pontos de fixação adequados, garantindo firmeza durante a condução do veículo, mesmo sob vibrações constantes. Não deverá obstruir informações obrigatórias da placa, como caracteres alfanuméricos ou QR Code, nem causar danos ao veículo ou à placa.</p> <p>O suporte deverá ser fornecido novo, em perfeitas condições de uso, com acabamento uniforme, isento de rebarbas, trincas ou deformações, e compatível com uso em ambientes urbanos e rodoviários, atendendo às exigências legais para circulação de</p>





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

			veículos automotores.
05	01	Unid.	<p>SUPORTE PARA PLACA DE MOTOCICLETA</p> <p>Suporte para Placa de Motocicleta</p> <p>Suporte destinado à fixação de placa de identificação veicular em motocicletas, motonetas, ciclomotores e veículos similares de duas rodas, compatível com placa padrão Mercosul, conforme as normas e regulamentações vigentes do CONTRAN e da SENATRAN.</p> <p>O suporte deverá ser fabricado em material resistente e durável, como plástico de engenharia, polímero de alta resistência, metal ou material equivalente, adequado para uso externo, com resistência à ação de intempéries, vibrações, impactos leves e variações climáticas. Deve apresentar dimensões compatíveis com o padrão da placa de motocicleta, assegurando o correto posicionamento e a fixação firme da placa, sem comprometer sua visibilidade ou legibilidade.</p> <p>O produto deverá permitir instalação simples e segura, com pontos de fixação compatíveis com os suportes originais da motocicleta, garantindo estabilidade durante o uso, inclusive em vias irregulares. Não deverá encobrir, deformar ou danificar a placa, nem obstruir elementos obrigatórios, como caracteres alfanuméricos, lacre ou QR Code, quando aplicável.</p> <p>O suporte deverá ser fornecido novo, em perfeitas condições de uso, com acabamento uniforme, livre de rebarbas, fissuras ou defeitos de fabricação, atendendo às exigências legais para circulação de motocicletas em vias públicas.</p>

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 155, de 30 de março de 2023.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que são materiais de consumo para suprir as necessidades da administração.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada consiste na utilização de estabelecimentos devidamente credenciados pelo órgão de trânsito competente para a confecção e fornecimento das placas veiculares da frota municipal, em conformidade com as normas legais, técnicas e operacionais vigentes. Essa abordagem assegura que todos os veículos oficiais estejam devidamente identificados, regularizados e aptos à circulação, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão do patrimônio público.

Por meio dessa solução, a Administração Municipal poderá promover a regularização, a substituição e a atualização das placas dos veículos que compõem a frota existente, bem como atender a futuras demandas decorrentes da incorporação de novos veículos, de forma contínua e sistemática. Os estabelecimentos credenciados atuarão de acordo com as especificações técnicas estabelecidas pelo órgão de trânsito, garantindo padronização, qualidade e conformidade legal na identificação veicular.

A execução da solução permitirá maior agilidade nos procedimentos, com redução de prazos e minimização da indisponibilidade dos veículos, contribuindo diretamente para a continuidade dos serviços públicos essenciais. Ao mesmo tempo, a Administração manterá o controle e a fiscalização sobre a execução do objeto, assegurando que os serviços sejam prestados de forma adequada, transparente e alinhada às necessidades institucionais.

Além disso, a solução favorece a eficiência administrativa e a economicidade, ao evitar entraves operacionais e retrabalhos, proporcionando melhor planejamento do uso da frota e maior previsibilidade na gestão. Dessa forma, a utilização de estabelecimentos credenciados configura-se como uma solução completa, viável e vantajosa, capaz de assegurar a correta identificação,





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

regularização e gestão da frota municipal, em benefício do interesse público e da adequada prestação dos serviços à população.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A necessidade é relevante para o município porque está diretamente associada à gestão eficiente, transparente e responsável da frota pública, a qual constitui instrumento indispensável para a execução das políticas públicas e para a continuidade dos serviços essenciais prestados à população. A correta identificação e regularização dos veículos oficiais possibilitam o controle administrativo, o acompanhamento do uso, a fiscalização pelos órgãos competentes e a vinculação adequada de cada veículo às suas finalidades institucionais, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

O atendimento dessa necessidade gera impactos positivos expressivos, como o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, a ampliação da transparência, a redução de riscos de uso indevido dos bens públicos e o aumento da segurança jurídica do município. Além disso, contribui para a preservação do patrimônio público, para a prevenção de sanções administrativas e para a melhoria da eficiência operacional da frota, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Por outro lado, a não observância dessa necessidade pode resultar em fragilidades na gestão da frota, dificuldades de rastreabilidade dos veículos oficiais, descumprimento das normas de trânsito e exposição do município a penalidades legais e administrativas. Tais consequências podem acarretar prejuízos financeiros, comprometimento da imagem institucional e impactos negativos na prestação dos serviços públicos.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento dos mecanismos de organização, padronização e controle da frota municipal é imprescindível para assegurar o uso regular e adequado dos veículos oficiais, a proteção do patrimônio público e o pleno atendimento das atribuições legais da Administração, promovendo maior eficiência, legalidade e responsabilidade na gestão municipal.

3.2. Interesse Público Nessa Demanda

Essa necessidade atende diretamente ao interesse público na medida em que assegura a correta utilização dos veículos oficiais, os quais são instrumentos essenciais para a execução das políticas públicas e para a prestação contínua e eficiente dos serviços municipais. A adequada identificação e





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

regularização da frota permitem que os veículos estejam sempre aptos à circulação legal, evitando interrupções nos serviços e garantindo que as ações da Administração cheguem de forma oportuna e eficaz à população.

Ao contribuir para o fortalecimento do controle administrativo e da transparência, essa necessidade favorece a melhoria da qualidade dos serviços públicos, uma vez que possibilita o planejamento adequado do uso da frota, a fiscalização do emprego dos recursos e a prevenção de desvios ou usos indevidos. Com uma frota organizada e devidamente identificada, os deslocamentos necessários para atividades como saúde, educação, assistência social, obras, fiscalização e demais atribuições institucionais tornam-se mais eficientes, refletindo positivamente na qualidade de vida da população.

Além disso, o atendimento dessa necessidade está diretamente relacionado ao cumprimento das obrigações legais da Administração, especialmente no que se refere às normas de trânsito, à gestão do patrimônio público e aos princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade. Dessa forma, o município reduz riscos de penalidades, preserva seus bens e fortalece a confiança da sociedade na atuação do Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável e para uma gestão pública mais íntegra e orientada ao interesse coletivo.

3.3. As previsões no Plano Anual de Contratação – PAC, no PPA, LOA e LDO por cada secretaria foi a seguinte:

3.3.90.30.99 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Comprovante de credenciamento vigente junto ao órgão executivo de trânsito competente, autorizando a confecção e o fornecimento de placas veiculares, nos termos da legislação aplicável.

4.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.3. Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

4.4. Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

4.5. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

- 4.6. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;
- 4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR);
- 4.8. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação.
- 4.9. Declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP);
- 4.10. Declaração de Inidoneidade;

5. REQUISITOS LEGAIS

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

6. REQUISITOS TEMPORAIS

- 6.1.** A entrega do objeto deverá ser efetivada no prazo máximo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) ou empenho, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.
- 6.2.** A execução da solução deverá ocorrer de forma contínua e sob demanda, durante todo o período de vigência estabelecido pela Administração.
- 6.3.** As demandas relacionadas a veículos vinculados a serviços públicos essenciais deverão receber tratamento prioritário, a fim de minimizar a indisponibilidade da frota.
- 6.4.** A execução tempestiva da solução deverá contribuir para a manutenção da regularidade da frota municipal, evitando interrupções nos serviços e prejuízos à prestação das atividades institucionais.
- 6.5.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

7. REQUISITOS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E GARANTIA

7.1. A confecção e o fornecimento das placas veiculares deverão atender integralmente aos padrões oficiais estabelecidos pela legislação de trânsito, assegurando padronização, qualidade e conformidade legal.

7.2. A execução dos serviços deverá ocorrer mediante solicitação formal da Administração Municipal, com registro e controle das demandas, garantindo rastreabilidade e transparência dos procedimentos.

7.3. Os serviços deverão ser realizados de forma a minimizar a indisponibilidade dos veículos da frota municipal, preservando a continuidade dos serviços públicos essenciais.

7.4. O estabelecimento responsável deverá assegurar a correção e a adequação das placas fornecidas, respondendo por eventuais inconformidades, defeitos ou falhas decorrentes da execução do serviço.

7.5. Deverá ser garantida a substituição ou correção das placas que apresentarem vícios, defeitos de fabricação ou desconformidade com as especificações legais, sem ônus adicional para a Administração.

7.6. A Administração Municipal manterá a fiscalização da execução dos serviços, podendo solicitar esclarecimentos, ajustes ou correções sempre que constatadas irregularidades, de modo a assegurar o fiel atendimento ao interesse público.

8. REQUISITOS EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

8.1. Comprovante de credenciamento vigente junto ao órgão executivo de trânsito competente, autorizando a confecção e o fornecimento de placas veiculares, nos termos da legislação aplicável.

9. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

9.1. O fornecimento dos serviços está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) ou empenho emitido pela Contratante.

9.2. A OS ou a Nota de empenho indicará o tipo de produto, a quantidade e a localidade na qual os produtos deverão ser entregues.

9.3. O andamento do fornecimento dos produtos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

9.4. Subcontratação

9.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

- a) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- b) A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 10.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 10.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 10.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 10.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 10.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 10.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto licitado;

10.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 10.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 10.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 10.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 10.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas às causas e justificativas desta decisão;





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

10.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. Rotinas de Execução – Do Encaminhamento Formal de Demandas

11.1.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Serviço (OS) ou Nota de Empenho para a entrada dos bens desejados.

11.1.2. O contratado deverá fornecer os produtos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OS ou Nota de Empenho.

11.1.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

11.2. Forma de Execução e Acompanhamento do Contrato – Condições de Entrega:

11.2.1. Em conformidade com o item 6 e seus subitens.

11.3. Formas de transferência de conhecimento

11.3.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

11.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

11.4.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

11.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

11.5.1. Cada OS ou Nota de Empenho conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

11.6. Mecanismos formais de comunicação

11.6.1. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

11.6.1.1. Ordem de Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho;

11.6.1.2. Ata de Reunião;

11.6.1.3. Ofício;

11.6.1.4. Sistema de abertura de chamados;

11.6.1.5. E-mails.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

11.7. Formas de pagamento

11.7.1. Condições de Pagamento: Os valores devidos pelas entregas efetuadas serão pagos da seguinte forma: A cada 30 dias a proponente vencedora entregará a nota fiscal referente às parcelas entregues no período acompanhada das requisições devidamente certificadas e será paga em até 30 dias corridos após a entrega da nota, em conformidade com o cronograma de desembolso financeiro, mediante crédito em conta corrente bancária, sendo que a nota fiscal será atestada pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Fiscalização

12.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.6. Fiscalização Administrativa

12.6.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas em lei, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.6.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

12.7. Gestor do Contrato

12.7.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas em lei, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.7.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.7.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.7.4. O gestor do contrato emitirá, quando necessário, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.7.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.8. Critérios de Aceitação

12.8.1. Serão aceitos os serviços/materiais que atenderem integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, observando os seguintes critérios:





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

- a) Execução dos serviços por estabelecimento devidamente credenciado junto ao órgão de trânsito competente, com credenciamento válido durante todo o período de execução.
- b) Conformidade das placas veiculares com as normas legais, técnicas e operacionais vigentes, incluindo padrões de identificação, material, dimensões, legibilidade e demais especificações estabelecidas pelo órgão regulador.
- c) Atendimento às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos, de modo a não comprometer a disponibilidade dos veículos da frota municipal.
- d) Ausência de vícios, defeitos de fabricação ou desconformidades que prejudiquem a identificação, a regularização ou a circulação legal dos veículos.
- e) Correta vinculação das placas aos respectivos veículos, assegurando rastreabilidade, controle administrativo e conformidade com os registros oficiais.
- f) Substituição ou correção imediata, sem ônus para a Administração, de quaisquer placas que apresentem falhas, defeitos ou inconformidades constatadas no ato do recebimento ou durante a verificação administrativa.
- g) Atendimento às orientações e determinações da fiscalização da Administração, garantindo transparência, controle e adequada execução dos serviços.

12.8.2. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

12.9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

12.9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.9.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- i) fraudar a licitação
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- k) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- l) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- m) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- n) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- o) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

12.9.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.9.5.1. Para as infrações previstas no “**item 12.9.1, alínea a**” e item “**12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**”, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.9.5.2. Para as infrações previstas no “**item 12.9.2, alíneas h, i, j, k, l, m, n, o**”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

12.9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item “**12.9.1, alínea a**” e “**item 12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no “**item 12.9.2, alíneas h, i, j, k, l, m, n, o**”, bem como pelas infrações administrativas previstas no item “**12.13.1, alínea a**” e “**item 12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no “**item 12.9.2, alíneas f, g**”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.9.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Recebimento do Objeto

13.1.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.1.2. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

13.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, em caso de eventual prorrogação do recebimento definitivo, fica automaticamente prorrogado o prazo de pagamento dos materiais/serviços entregues.

13.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.2. Liquidação

13.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

13.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público.

13.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

13.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

13.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.3. Forma de Pagamento

13.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

13.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

13.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.4. Antecipação de Pagamento

13.4.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

14.1.2. O regime de execução do contrato será por menor preço por lote.

14.1.3. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de dispensa de licitação, realizado na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe ser dispensável a licitação para contratação de serviços e aquisição de bens de pequeno valor, assim entendidos aqueles cujos valores não ultrapassem R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (*R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) atualização dada pelo decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024*), no caso de outros serviços e compras. O procedimento culminará com a seleção da proposta de menor preço, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e competitividade.

14.2. Da Aplicação da Margem de Preferência

14.2.1. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

14.2.1.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro verificará se há empate entre as Licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014.

14.2.1.2. Após etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta (fase de negociação) diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido um melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.2.1.3. Fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o qual ocorrerá de forma automática pelo sistema.

14.2.1.4. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

14.2.2. Para efeito do disposto no “**item 14.2.1.3**”, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.2.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances;

14.2.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do “**item 14.2.1.3**”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.2.2.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

14.2.2.4. O disposto no “**item 14.2.1.3**”, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

14.2.2.5. Ocorrendo a situação prevista no “**item 14.2.1.3**”, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena preclusão.



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

14.2.3. Critério de desempate;

a) 1º Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

14.3. Exigências de habilitação

14.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.3.1.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

14.3.1.2. Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

14.3.1.3. Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

14.3.1.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

14.3.1.5. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;

14.3.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR);

14.3.1.7. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação.

14.3.1.8. Declaração de enquadramento em regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese de o licitante ser uma ME ou EPP)

14.3.1.9. Declaração de Inidoneidade.

14.3.1.10. Comprovante de credenciamento vigente junto ao órgão executivo de trânsito competente, autorizando a confecção e o fornecimento de placas veiculares, nos termos da legislação aplicável.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total desse Empenho Estimativo é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme o quantitativo de consumo estimado pela secretaria.

O valor estimado por cada uma foi:

SEMAP – R\$ 1.000,00 (mil reais)

SEMOSP – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

SEMAGRI – R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

SEMED – R\$ 3.000,00 (três mil reais)

SEMAS – R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

SEMSAU – R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento de recursos próprios do município:

16.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha: 61

Unidade: 020501 - GABINETE DO SECRETARIO

Funcional: 04.122.0005.2009.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Turismo

Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 82

Unidade: 020601 - GABINETE DO SECRETARIO

Funcional: 04.122.0006.2012.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 109

Unidade: 020701 - GABINETE DO SECRETARIO

Funcional: 04.122.0007.2017.0000 - Manutenção das Atividades da SEMEGRI, Apoio a Produção e Incentivo ao Pequeno Produtor

Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 182

Unidade: 020801 - GABINETE DO SECRETARIO (A)





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

Funcional: 12.368.0008.2041.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 197

Unidade: 020901 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funcional: 08.122.0009.2044.0001 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social

Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 278

Unidade: 021001 - GABINETE DO SECRETARIO (A)

Funcional: 10.122.0010.2019.0000 - Manutenção e Gestão do Sistema de Saúde

Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

16.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cerejeiras, 22 de janeiro de 2026.

Maria Eunice Barbosa

Decreto N° 007/2025

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Edenir Augustinho Delazari

Decreto N° 160/2021

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Joaquim Aparecido de Oliveira

Decreto N.º 674/2025

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

Neurian de Sousa Piaia

Decreto N.º 017/2025

Secretaria Municipal de Educação

Elisangela de Oliveira Araújo Souza

Decreto Nº 284/2021

Secretária Municipal de Assistência Social

Sinelma Penha de Souza

Decreto Nº 011/2025

Secretária Municipal de Saúde







Município de Cerejeiras

04.914.925/0001-07
Rua Florianópolis
www.cerejeiras.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	Nº 006/2026 RETIFICADO	22/01/2026

ID: 805949	Processo	Documento
CRC: AF58AAB8		
Processo: 1-24/2026		
Usuário: Rafaela Santos Cerezoli		
Criação: 22/01/2026 08:34:08	Finalização: 22/01/2026 08:34:08	

MD5: 5249BC5A0C1FCDEC7747E4ED6000BC01
SHA256: 03AD6FD7316E32F584204AF89B7C32D275E91D48B4A52921D4471FDBFCCE1A39

Súmula/Objeto:

Termo de Referência








INTERESSADOS

MUNICIPIO DE CEREJEIRAS	Cerejeiras	RO	22/01/2026 08:34:08
-------------------------	------------	----	---------------------

ASSUNTOS

EMPLACAMENTO DE VEICULO	22/01/2026 08:34:08
-------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Rafaela Santos Cerezoli	COORDENADOR DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	22/01/2026 08:34:27
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.			
	Elisangela de Oliveira Araujo Souza	Secretária Mun. De Assistência Social	22/01/2026 08:53:57
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.			
	Maria Eunice Barbosa	Secretária Mun. de Administração e Planejamento	22/01/2026 09:06:48
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.			
	Edenir Augustinho Delazari	Sec.Mun. Obras E Serv. Publico	22/01/2026 09:07:19
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.			
	Sinelma Penha de Souza	Sec. Mun. de Saúde	22/01/2026 09:26:40
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.			
	Neurian de Sousa Piaia	Sec. Municipal de Educação	22/01/2026 09:27:56
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.			
	Joaquim Aparecido de Oliveira	Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente	22/01/2026 09:31:28
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.			

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cerejeiras.ro.gov.br informando o ID 805949 e o CRC AF58AAB8.